



A Autoestima de alunos do Programa de Educação de Jovens e Adultos

A self-esteem of students of the education program for youth and adults

Michelle Karinne Martins Roberto Medeiros¹; Efigênia Maria Dias Costa²

¹ Graduada em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande; Especialista em Psicopedagogia pelas Faculdades Integradas de Patos (PB), Professora de Educação de Jovens e Adultos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PB).

² Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Professora do Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias da UFPB.

Resumo: O presente artigo traz um breve histórico sobre a Educação de Jovens e Adultos, o perfil do aluno adulto e de como a sua inserção na escola significa uma oportunidade para o resgate de sua autoestima, muitas vezes abalada pela sua história de vida. Propõe reflexões fundamentadas em Paulo Freire, sobre uma metodologia adequada à realidade dos adultos, procurando visualizar a pessoa do aluno em todo o seu contexto (aluno, pai, trabalhador e cidadão), com saberes próprio e senhor de sua aprendizagem. Aborda a temática baseada em teóricos sobre a autoestima atrelada ao autoconceito e a autoaceitação. Faz uma relação entre autoestima, à permanência do aluno na escola e aprendizagem mediadas pela adoção de práticas humanizadoras, valorizando e respeitando as particularidades de cada educando. Destaca como ponto de partida às relações interpessoais para a construção de vínculos afetivos que favoreçam condições para a aprendizagem e o fortalecimento da autoestima, considerando o ensinante e o aprendente em seus papéis dinâmicos de forma a preparar alunos para

pensar, porque se consideram capazes e conscientes de seu valor, aprendendo para a escola e para a vida.

Palavras-chave: autoestima, educação de jovens e adultos, relação interpessoal, humanização.

Abstract: This article presents a brief history of the Youth and Adult Education, the profile of the adult student and how their inclusion in school means a chance to rescue their self-esteem, often shaken by his life story. Proposed based on Paulo Freire thoughts on an appropriate methodology of adult reality, looking for the person of the student in its context (student, parent, worker and citizen), with knowledge and master of his own learning. It is a relationship between self-esteem, the students stayed in school and learning, mediated by the adoption of humanizing practices, valuing and respecting the particularities of each student. Stands as a starting point to interpersonal relationships to build emotional ties that favor conditions for learning and building self-esteem,





considering the teacher and learner in their dynamic roles in order to prepare students to think, because they consider themselves capable and aware of its value, learning to school and for life.

Keywords: self-esteem, youth and adult education, interpersonal relationships, humanization.

Introdução

A educação de jovens e adultos (EJA) é uma modalidade de ensino gratuita amparada por lei e voltada para pessoas que por algum motivo não ingressaram ou continuaram na escola na idade regular¹. A história da EJA caminha lado a lado com as transformações ocorridas no País, durante este período houve muitos progressos e retrocessos mais ainda há muito que avançar em termos de políticas públicas. A Constituição Federal de 1988² e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional¹ conferem ao município a responsabilidade pelo Ensino Fundamental e assegura oportunidades educacionais apropriadas, considerando as condições de vida, trabalho e as características do aluno, com vistas a proporcionar seu acesso e permanência na escola. Mesmo assim, segundo dados do Censo 2010 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui 9% (cerca de 14,6 milhões) de analfabetos³. Essa fatia da população constitui o

público-alvo dos programas de educação de jovens e adultos. Dentre esta população grande parte representa pessoas que tiveram passagens acidentais pela escola.

À luz desse ingresso ineficaz do aluno na instituição de ensino comecei a refletir sobre os vários motivos que o levam a interromper seu processo escolar. Como educadora de turmas de jovens e adultos buscava compreender a relação entre o desempenho escolar dos alunos e a sua permanência na escola. A sociedade na qual a escola também está inserida tornou o aluno adulto no analfabeto e ao introjetar essa idéia adicionada a uma conjuntura social e excludente ele sente-se incapaz, desvalorizado, sem respeito por si mesmo sinalizando problemas de baixa valorização pessoal.

Por ter vivenciado em sala de aula olhares apáticos e posturas desacreditadas indagava-me: como promover uma educação de qualidade e formar cidadãos críticos e reflexivos se suas mentes estão imobilizadas pela autodesvalorização? Como pensar na permanência desse aluno adulto sem antes refletir nos fatores intrínsecos que afetam sua motivação? Essas indagações nos levam a refletir que o fracasso escolar não é tão preocupante quanto à falta de conhecimento de seu valor com indivíduo, pois é preciso enxergar a pessoa por trás do aluno. Com esse olhar compreende-se a importância de estudar a autoestima dos alunos de EJA como uma possibilidade de resgate de sua confiança e amor





próprio e como forma provável de repercussão no processo de ensino-aprendizagem.

Nesta perspectiva, o artigo tem o objetivo de desencadear reflexões que despertem nos profissionais da educação a compreensão de que o aluno antes de ser aluno é um ser humano com habilidades intelectuais e emocionais e que uma habilidade não está dissociada da outra. Portanto é necessário compreender seu mundo, seus interesses, seus medos, sua concepção de si mesmo e estabelecer laços emocionais que alicerce a construção de uma escolarização ampla que visualize além da redução dos índices de analfabetismo, mas que prepare cidadãos que contribuam com seus saberes no mercado de trabalho e na sociedade em geral.

Uma vez que a tônica deste artigo é a autoestima os principais teóricos que deram base para fundamentar esta temática foram: Paulo Freire⁴, Nathaniel Branden⁵, Celso Antunes⁶, Lúcia Moysés⁷ entre outros que contribuíram direta e indiretamente para a construção deste trabalho compondo um texto portador de informações necessárias e com posições definidas a cerca do tema estudado.

Breve Histórico da Educação de Jovens e Adultos

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) está estritamente ligada às transformações sociais, econômicas e políticas do Brasil. Será apresentada uma retrospectiva das

últimas décadas retratando a ação do Estado no campo da EJA. O intuito é fazer uma breve contextualização sobre essa trajetória destacando os marcos principais.

Na década de 1930, o país estava passando por várias transformações como o processo de industrialização e concentração popular em centros urbanos. Foi nesse período que a educação básica de adultos passou a fazer parte da história da educação com a Constituição Federal de 1934 que estabeleceu um Plano Nacional de Educação onde mencionava pela primeira vez a educação de adultos como dever do Estado.

Na década de 1940, o índice de analfabetismo alcançou altos índices no país. Para tentar reduzir ou contornar esse quadro criou-se um fundo destinado à alfabetização da população adulta analfabeta. Em 1945, final da ditadura Vargas e início do fortalecimento da democracia no Brasil, foi criado a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). Esta por sua vez, solicitou aos países integrantes que se educassem os adultos analfabetos. Devido a isso, o Brasil lançou em 1947 a 1ª Campanha de Educação de Jovens e Adultos. Com o fim do Estado Novo e a necessidade de aumentar o número de votantes no Brasil, oportunamente a educação entrou na pauta do processo de redemocratização do País.

“Propondo: alfabetização dos adultos analfabetos do país em três meses, oferecimento de um curso primário em duas etapas de sete





meses, a capacitação profissional e o desenvolvimento comunitário. Abriu-se, então, a discussão sobre o analfabetismo e a educação de adultos no Brasil. Nessa época, o analfabetismo era visto como causa (e não como efeito) do escasso desenvolvimento brasileiro. Além disso, o adulto analfabeto era identificado como elemento incapaz e marginal psicologicamente e socialmente, submetido à menoridade econômica, política e jurídica, não podendo, então, votar ou ser votado”⁸.

Houve muitas críticas ao método de alfabetização adotado pela 1ª Campanha de Educação de Adultos, porém dentre as delegações a de Pernambuco teve um destaque por propor soluções⁹. Dentre os participantes desta delegação estava Paulo Freire que propunha uma maior comunicação entre o educador e o educando e uma adequação do método às características das classes populares.

No final da década de 1950 e início da década de 1960 um novo impulso foi dado às campanhas de alfabetização de adultos, através da visão de Paulo Freire se entendeu que o analfabetismo que antes era apontado como causa da pobreza e da marginalização, passou a ser, então, interpretado como efeito da pobreza gerada por uma estrutura social não igualitária¹⁰. A partir de então o problema do analfabetismo foi repensado através de uma nova pedagogia de alfabetização de adultos que tinha como principal referência Paulo Freire. No entanto, em 1964, com o golpe militar, todos os programas de educação

popular foram reprimidos e vistos como grave ameaça a ordem, devido a sua educação crítica e problematizadora. Dentro deste contexto de forte controle autoritário pelo Estado, foi criado em 1967 o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização) que chegava com a promessa de acabar em dez anos com o analfabetismo. Esse movimento foi criticado pelo pouco tempo destinado à alfabetização e pelos critérios empregados na verificação de aprendizagem. Mencionava-se que, para evitar a regressão, seria necessária uma continuidade dos estudos em educação escolar integrada, e não em programas voltados a outros tipos de interesses como, por exemplo, formação rápida de recursos humanos (...). Punha-se em dúvida ainda a confiabilidade dos indicadores produzidos pelo movimento que passou a se configurar como um programa que, por um lado, atendesse aos objetivos de dar uma resposta aos marginalizados do sistema escolar e, por outro, atendesse aos objetivos políticos dos governos militares¹¹.

Na década de 1970, ocorreu a expansão do MOBREAL para todo o território nacional, dentre as iniciativas destaca-se o PEI - Programa de Educação Integrada, que servia de caminho para o recém-alfabetizado, sendo uma forma condensada do antigo primário. O MOBREAL¹² propunha-se a alfabetizar a partir de palavras-chaves, retiradas da vida simples do povo, mas as mensagens a elas associadas apelavam sempre ao esforço individual dos adultos analfabetos para





sua integração nos benefícios de uma sociedade moderna, pintada sempre de cor-de-rosa.

Na década de 1980 a abertura política e crescentes movimentos sociais proporcionaram um período de reconstrução democrática. Surgiram as turmas de pós-alfabetização e os Estados e Municípios ganharam mais autonomia em relação à Educação. O MOBREAL como modelo de educação doméstica e de baixa qualidade foi extinto em 1985, sendo substituído pela Fundação Nacional para educação de Jovens e Adultos – Educar.

Um avanço importante dessas experiências foi a visão de alfabetização como processo que exige certo grau de continuidade ao invés das campanhas passadas que prometiam alfabetizar em poucos meses. Muitas experiências de alfabetização foram surgindo e o modelo de alfabetização conscientizadora dos anos 60 foi ganhando espaço novamente.

“O ponto alto do movimento de reconhecimento do direito de todos à escolarização e da correspondente responsabilização do setor público pela oferta gratuita de ensino aos jovens e adultos ocorreu com a aprovação da Constituição em 1988”¹¹.

A constituição de 1988 ampliou na década de 80, o dever do Estado em relação à EJA, garantindo o ensino fundamental gratuito e obrigatório para todos.

O início da década de 1990, no governo Collor, a Educar foi extinta e não foi criado outro órgão para assumir as suas funções. A justificativa

para esta ação era o corte de gastos na máquina pública e dessa forma a União foi se afastando das atividades da EJA e delegando aos estados e municípios essa responsabilidade, esse afastamento do governo federal também fica evidente pela falta de recursos financeiros para material didático, pesquisas e estudos.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB 9394/96 ressalta a importância e compromisso da Nação com a educação de adultos. Reforço sentido em seu artigo 3º que estabelece entre outros princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; garantia de padrão de qualidade; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. E através dos art. 37 e art. 38 que contempla as várias modalidades de educação de jovens e adultos.

No ano de 2000, no governo Lula foi criado uma Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo objetivando acabar com o analfabetismo em quatro anos. O Ministério de Educação e Cultura – MEC lançou o Programa Brasil Alfabetizado para desenvolver ações para formação dos alfabetizadores, mobilizando os órgãos das esferas estaduais e municipais.

De acordo com a proposta curricular do Ministério da Educação e Cultura¹², os programas mais recentes prevêm um tempo maior, de um, dois ou até três anos dedicados à alfabetização e pós-alfabetização, de modo a garantir que o jovem ou adulto atinja maior domínio dos instrumentos





da cultura letrada, para que possa utilizá-los na vida diária ou mesmo prosseguir seus estudos, completando sua escolarização.

A EJA sofreu ao longo das décadas mencionadas mudanças e reconhecimento, mas muito de sua trajetória estava e está atrelada aos interesses políticos e econômicos dos seus governantes. A modalidade de ensino que se trata aqui, não pode ser entendida como utópica ou superficial, mas como uma medida para reduzir a exclusão e as desigualdades sociais. A sociedade e os seus dirigentes têm obrigação de oferecer um ensino de qualidade, assegurado por lei, como um pagamento de uma dívida para com esses brasileiros que tiveram uma escolarização negada ou interrompida.

O Perfil do Aluno de EJA

Os alunos que compõe as turmas de Educação de Jovens e Adultos são, em sua maioria, trabalhadores que por diferentes motivos não ingressaram na escola em idade própria. Este adulto que busca a escolarização tardia, geralmente é filho de pais analfabetos que possuindo baixa renda necessitavam trabalhar cedo para contribuir com o sustento da família. Outros ingressaram em idade apropriada, mas tiveram experiências frustradas, levando a abandonar a escola. Esses alunos são marcados por diversas carências, como a financeira, pois trabalham em atividades pouco remuneradas e muitas vezes informais, sofrendo muitas

privações, principalmente por não serem escolarizados. Perdem oportunidades no mercado de trabalho que poderiam lhes proporcionar uma melhor condição de vida. Outra dificuldade enfrentada é a discriminação de uma sociedade excludente, que marginaliza e rotula de analfabeto, todo aquele que foge ao padrão de um ser letrado. E com isso fragilizam sua autoestima.

Embora encontre meios para desempenhar vários papéis sociais de forma autônoma é na escola o maior desafio desse ator social: o de estudante. Ao ingressar ou regressar na escola traz consigo sonhos e expectativas, mas também medos. Sentimentos de incapacidade e inadequação permeiam seus pensamentos. Os motivos são vários desde a idade, por considerarem-se velhos para aprender, metodologias de ensino que não consideram a realidade do aluno, o cansaço após um dia de trabalho, e o maior deles: um autoconceito errôneo e uma conseqüente carga deficitária de autoestima. Desejam ser reconhecidos pela sociedade como cidadãos merecedores de respeito.

Ao olhar a situação do aluno de EJA em outra ótica, pode-se enxergar que a pessoa atrás do aluno aprendiz é mestre. Esse adulto possui saberes acumulados ao longo de sua vida, possuem uma bagagem de experiências entre elas as referentes ao desempenho de seu ofício. Saberes próprios e distintos que a letra não o impediram de aprender. É um fato, quando Paulo Freire¹³ diz que a leitura de mundo, precede a





leitura das palavras. Antes de ler e escrever esse indivíduo trabalha, faz cálculos mentais, decifra códigos, fazendo sua própria leitura de mundo. A escolarização é essencial, mas não se pode ignorar todo o conhecimento de uma vida, nem fechar os olhos para a capacidade intelectual própria do aluno de EJA. Paulo Freire¹³ pensava à educação com seu caráter libertador e a autoestima como uma das vertentes para o trabalho pedagógico. Embora não fizesse referência direta a autoestima, mas propagava a valorização do educando, enfocando um ensino adaptado aos conhecimentos prévios em termos conscientes na perspectiva de formar sujeitos atuantes. Na obra “A pedagogia do oprimido”, Freire¹⁴ faz uma crítica sobre a concepção bancária da educação, onde os educandos eram vistos como gavetas vazias, meros depositários de informação que precisava ser preenchido sem questionamentos.

Gadotti¹⁵ comenta a respeito da nova pedagogia de Paulo Freire: “A partir dessa sua prática, criou o método, que o tornaria conhecido no mundo, fundado no princípio de que o processo educacional deve partir da realidade que cerca o educando. Não basta saber ler que “Eva viu a uva”, diz ele. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho”.

Neste contexto, a escola deve receber esse aluno não como uma folha em branco ou como um analfabeto, mas como senhor de si, dos seus pensamentos e atitudes. Este aluno sabe fazer

juízo de valor, é sujeito de suas ações no trabalho, na família e na sociedade.

Um Olhar Sobre a Autoestima e seus Componentes

Autoestima

A autoestima é um assunto que tem despertado um crescente interesse, tanto pelos livros, sites e cursos oferecidos, principalmente no campo da psicopedagogia. Com os holofotes apontados para esta temática surgem muitas interpretações errôneas ao confundir a autoestima com a negação da solidariedade ou egoísmo, devido o seu enfoque ser a opinião de si mesmo. Outros encaram com superficialidade procurando receitas, como se pudessem obter a autoestima como uma fórmula mágica. Porém abordaremos a importância desse assunto dissociando-o tanto de uma atitude egoísta quanto de um modismo, esclarecendo que o indivíduo que se considera como ser de valor também está aberto a existência do outro, reconhecendo-o e valorizando-o.

Assim com o ditado grego preconiza: somos o que pensamos a compreensão que temos do mundo a nossa volta é resultado das nossas experiências e da representação mental que fazemos delas. Em suma, nos tornamos o que acreditamos ser e nossas atitudes, objetivos e realizações estão condicionados a concepção do que somos e podemos fazer. Os problemas enfrentados pelos alunos podem estar





relacionados ao fato de se menosprezarem e até se considerarem seres sem valor e indignos de serem amados¹⁶.

Ao pensar, embora nem sempre conscientemente, todo indivíduo vai construindo sua autoestima ao avaliar seus erros e acertos. E a maneira como é construída permitirá usufruir dos seus talentos e viver serenamente as limitações ou achar-se inadequado à vida. Os pensamentos a respeito de si mesmo têm influencia direta na motivação e nas atitudes, determinando positiva ou negativamente os tons sombrios ou alegres que colorem a vida.

A autoestima pode ser conceituada de inúmeras maneiras e uma delas é a avaliação favorável de si mesmo¹⁷, como o compromisso do indivíduo em assumir a responsabilidade por si mesmo e por suas relações intra e interpessoais¹⁸ ou como a chave para o sucesso ou para fracasso, e para entendermos a nós mesmos e aos outros⁵.

Esse pensamento sobre si é construído desde a infância no convívio com os cuidadores. Quando criança nossa autoestima pode ser alimentada ou destruída pelos adultos. Lamentavelmente nem sempre os adultos formam vínculos que favoreça a construção de um autoconceito sólido e isso poderá repercutir em problemas de relacionamentos, em reconhecer seu valor e suas potencialidades. A qualidade das experiências com o outro influencia o olhar do indivíduo sobre si mesmo, esta interação também influencia o meio e sofre influência dele. Embora ninguém possa pensar pelo outro ou dar-lhe

autoestima, mas podem influenciar pensamentos e consequentemente os conceitos a respeito de sua identidade. Surge então à inevitável necessidade de abordar o autoconceito para compreendermos melhor a autoestima⁵.

Autoconceito

A autoestima se constrói passo a passo explica que nunca é demais ter em mente que a autoestima representa o nível de satisfação que a pessoa sente quando se confronta com o seu autoconceito⁷. “(...) informações que vamos colhendo aqui e ali, a nosso respeito, fruto de opiniões alheias, formam, possivelmente, os primeiros rudimentos do nosso autoconceito. A essas informações vão se somando aquelas originárias das avaliações que nós próprios fazemos dos nossos desempenhos, das nossas ações, das nossas habilidades e características pessoais. Vão formando, na nossa estrutura cognitiva, uma área de conhecimento acerca de nós próprios”⁷.

Assim, o autoconceito é formado desde a infância por fatores externos e internos da vida do sujeito. Os primeiros referem-se às influências externas fruto de opiniões alheias e que são internalizadas e contribuirão para construir a identidade acerca do indivíduo. A voz do outro é internalizada e sem defesas torna-se a sua própria voz. Algumas interações provocam um efeito negativo dependendo da importância que se atribui a elas. Os fatores externos influenciam os





internos, mas não são determinantes. Assim uma pessoa que não tem boa aparência física, conviva em meio onde se exalte este critério, pode ter autoestima baixa ao passo que outra, embora não se sinta bonita enfrenta a vida com confiança e otimismo. Assim sendo, um autoconceito mal construído ecoará em insegurança, ansiedade e baixa autoestima.

Autoaceitação

A vida apresenta situações das mais diversas, nas quais o indivíduo não tem aptidão ou destreza para desempenhá-las. Todo ser vivente não pode ser bom em tudo, uns nadam, outros saltam, outros cavam, outros voam. Da mesma forma a raça humana deve reconhecer que tem talentos, mas também limitações. Isto é um indício de maturidade da autoestima: a autoaceitação.

A autoaceitação pode ser definida como a capacidade de aceitar a si mesmo plenamente e sem condições, quando a pessoa se comporta ou não de uma maneira inteligente, correta ou competente, e mesmo se os outros lhes concedem ou não sua aprovação, respeito e amor¹⁶. Contudo, a auto-aceitação não implica uma ausência de vontade de mudar, melhorar ou evoluir, mas como mecanismo da precondição de mudança. Se aceitamos de fato o que sentimos e o que somos, a qualquer momento de nossa existência, podemos nos permitir ser plenamente conscientes da

natureza de nossas escolhas e atos, e nosso desenvolvimento não será limitado².

Aceitar-se não significa desistir de crescer como pessoa, nem de corrigir erros, mas de reconhecê-los como seus, sem justificativas ou escusas. Significa ser realista com seus aspectos físicos, emocionais e intelectuais, reconhecendo as limitações e explorando o que se tem de bom. “O peixe deve ser peixe, um estupendo peixe, um magnífico peixe, mas não tem porque ser um pássaro (...) porque somente quando aprendemos a amar seriamente o que somos, seremos capazes de converter o que somos numa maravilha”¹⁶.

Autoestima no Processo Educacional

O âmbito escolar é lugar propício para descobertas, aquisição de conhecimento, interação e porque não dizer para lidar com os conflitos afetivos e emocionais decorrentes dos desafios impostos pelo aprender. As dificuldades do aprender podem gerar ansiedade, sentimentos de menos-valia e inadequação. A escola preocupada, sobretudo com o rendimento e os índices de aprovação, segrega e rotula esse aprendiz isentando-se da responsabilidade pelo seu desempenho ou insucesso.

“O insucesso escolar é, de certa forma, a antevisão da desorganização social. Se se falha em qualquer estágio da escolaridade (primária, secundária, etc.), as hipóteses de sucesso na vida são amplamente diminuídas. O insucesso é, na nossa sociedade, uma profecia e um estigma





muitas vezes irreversível, por isso torna-se urgente acabar definitivamente com ele. Uma sociedade livre e justa tem a responsabilidade de fornecer aos futuros cidadãos um sistema escolar onde o sucesso seja possível”¹⁹.

Entende-se que a evasão escolar acaba sendo inevitável. Muitos alunos não conseguem mais suportar o sentimento de fracasso decorrentes do baixo desempenho. E o fracasso escolar selará ainda mais a idéia que lhe falta inteligência e habilidades para aprender. Forma-se uma reação em cadeia onde a baixa autoestima desencadeia o desempenho que repercute no fracasso escolar, que influencia a evasão e volta-se ao ponto inicial com uma baixa autoestima ainda mais comprometida. É interessante os efeitos da evasão escolar: O aluno, após ter vivenciado um insucesso escolar, acaba saindo prematuramente do processo educacional formal. E o que é pior, sai acreditando-se incapaz e inferior aos que ficaram⁷.

Para qualquer aluno o insucesso desmotiva e afasta, ainda mais para o aluno de EJA que teve uma experiência insatisfatória anteriormente ou nunca estudou. Uns vem impulsionados pela esperança de um futuro digno, outros ingressam fragilizados, muitas vezes com o rótulo de incapazes. Esse aprendiz que chega desacreditado de si mesmo não usará todas as possibilidades que a escola oferece por não se sentir capaz de aprender informações novas e desafiadoras. O desejo de aprender é preservado, mas coibido pelo pensamento de inadequação.

Difícilmente este aluno terá progresso em seu desempenho escolar, se não tratada à autoestima.

“O grande pilar da educação é a habilidade emocional. Não é possível desenvolver a habilidade cognitiva e a social sem que a emoção seja trabalhada. Trabalhar emoção requer paciência; trata-se de um processo continuado porque as coisas não mudam de uma hora para outra.”²⁰.

Para esses alunos é imprescindível uma escola que propicie não só a transmissão do saber científico, mas a compreensão e desenvolvimento das habilidades emocionais, compreendendo-os e estimulando-os integralmente. É necessário um ambiente agradável, acolhedor e afetuoso que acalme seus temores e eleve sua autoestima, possibilitando uma aprendizagem eficaz. Neste aspecto o foco de atenção deve sair do quadro e do livro para o aluno, remetendo-se a escola o papel de compreender o processo de ensino-aprendizagem como meio e não como fim.

“Se aceitarmos e valorizarmos nossos alunos, se os considerarmos capazes de desenvolver competências e habilidades necessárias para lidar com os seus estudos e se os julgarmos suficientemente importantes para reservarmos tempo em ouvi-los, contribuiremos para que desenvolvam padrões consistentes e realistas, sintam-se encorajados a não se intimidar com o fracasso e aprendem a agir de forma independente e responsável”⁶.

É fundamental a compreensão de que trabalhar a autoestima dos alunos, não se resume a





elogios e incentivos, mas em explorar os fatores emocionais que são condicionantes para esse homem ou esta mulher estarem na condição de aluno. Esse resgate deve ser feito passo a passo, dia a dia, de uma forma contínua e dinâmica, reconstruindo a sua imagem, respeitando as suas diferenças e particularidades e extraindo o melhor delas, compreendendo também as suas limitações. Dessa forma, uma reação em cadeia poderá se formar, quando o aluno é respeitado e aceito como pessoa única e singular, facilmente retribuirá o mesmo tratamento ao professor que valorizado continuará a motivá-los em um ambiente favorável ao aprendizado e a percepção do aluno de sua capacidade e de seu amor próprio. A sala de aula será o meio gerador das mudanças, mas somente o indivíduo poderá ao introjetar esses estímulos fortalecer sua autoestima.

A escola deve contemplar em seu currículo pontos relacionados ao incentivo a valorização pessoal. Deve desempenhar um papel sério e decisivo na vida de um aluno que recebeu tantos sinais externos e internos. Através de um ensino libertador e valorativo o educando poderá dizer muitos sinais para si mesmo e para a vida, para sua liberdade de pensar, de conquistar e conseqüentemente de aprender a ser não só um estudante, mas um cidadão atuante e realizado como pessoa.

Relações Interpessoais no Âmbito Escolar

Entre as múltiplas possibilidades de como ensinar, as relações interpessoais têm um papel preponderante no sentido de proporcionar uma interação entre os sujeitos. Podem ser definidas como o conjunto de procedimentos que, facilitando a comunicação e as linguagens, estabelece laços sólidos nas relações humanas⁶.

“A escola deve trabalhar as relações interpessoais para desenvolver no aluno uma visão sistêmica da escola e de seu papel, mas também para facilitar sua integração com a comunidade, professores e colegas através de uma colaboração confiante e pertinente”⁶. Nesta relação entre o professor e o aluno em busca da aprendizagem ocorre a construção de vínculos que podem ser favoráveis ou desfavoráveis.

No campo da psicopedagogia os termos ensinante e aprendente são utilizados no processo de aquisição de conhecimento para designar o sujeito que aprende e o que ensina. Esses papéis são dinâmicos, pois ora o sujeito é ensinante, ora é aprendente. A partir deste contexto, encontramos no espaço da sala de aula o ensinante-professor que direciona o caminho, desperta curiosidade e interesse, influencia opiniões e por isso é agente de transformação. O aprendente - aluno sofre influência direta do comportamento do ensinante, embora deseje aprender, mas deve ser despertado para os novos saberes com prazer e confiança, para que desenvolva sua própria opinião e seu senso crítico. Mas por que no ambiente escolar





encontram-se alunos desestimulados, com baixa autoestima e sem opiniões próprias? Além de tantos outros motivos está a ausência de um vínculo favorável entre professor e alunos, onde não há troca de experiências, laços de amizade, apenas a transmissão de conhecimento de forma impessoal e a conseqüente formação de seres reprodutores de idéias.

O professor assume por vezes uma posição antagônica quando não respeita as diferenças, não explora as aptidões, não estabelece uma relação de empatia, não planeja a aula de acordo com os interesses dos alunos, conduzem a aula com autoritarismo como única forma de manter o respeito e a ordem, não enxergando o potencial que cada indivíduo tem e precisa ser explorado. Pode-se atribuir esse comportamento a uma formação acadêmica inadequada que não contemplara os aspectos socioafetivos, bem como fatores de ordem intrínsecos relacionados a problemas com sua própria autoestima. Um professor com problemas relacionados a autoestima não aceita com facilidade indagações ou críticas e geralmente tem uma postura autoritária, não estabelecendo vínculos afetivos. Esse profissional mais do que julgamentos, precisará de ajuda em sua fragilidade e compreensão. Sobre a relação professor-aluno, Freire⁴ comenta:

“Para ser um ato de conhecimento o processo de alfabetização de adultos demanda, entre educadores e educandos, uma relação de autêntico diálogo. Aquela em que os sujeitos do

ato de conhecer (educador-educando; educando - educador) se encontram mediatizados pelo objeto a ser conhecido. Nesta perspectiva, portanto, os alfabetizandos assumem, desde o começo mesmo da ação, o papel de sujeitos criadores”⁴.

É necessário no processo de ensino-aprendizagem que o aluno torne-se também ensinante, principalmente o adulto que adquiriu, ao longo de sua vida, conhecimentos diversos. Entre eles podem-se destacar os saberes inerentes ao seu ofício que poderá ser bem explorado em atividades onde o aluno transmitirá um conhecimento novo para os colegas e para o professor. Nesse momento o professor torna-se aluno e agente de transformação trazendo para o palco e valorizando esse aluno como ator principal. Segundo o olhar de Freire¹⁴: “Ninguém educa ninguém (...) os homens educam-se entre si mediatizados pelo mundo”.

O educador tem a oportunidade de atrelar conteúdo ao desejo de aprendê-lo e é nessa perspectiva que poderá desempenhar vários papéis tais como: ensinar, atrair, motivar, compreender e construir com os alunos um ambiente saudável, solidário e permeado de reciprocidade e afeto e não de autoritarismo e obrigações.

O professor não é um mero transmissor de conhecimentos ele pode transformar a sala de aula em um ambiente democrático onde todos podem expor suas idéias mediando caminhos dos valores, da ética e da cidadania.

Para haver aprendizagem é necessária uma interação entre conhecimento e motivação. A





priori o aluno é envolvido pelas relações de afetividade e incentivo entre os colegas e professor, para posteriormente interessar-se pelo objeto de estudo, construído a partir das relações de afetividade entre os envolvidos neste processo.

Considerações Finais

Espera-se ter despertado reflexões a cerca de novas propostas educacionais que considerem o desenvolvimento da autoestima dos alunos de EJA. Público este, que sofre muitas carências de ordem socioeconômicas e devido à escolarização tardia, sentem-se inferiores desconhecendo seu próprio valor como pessoa.

Dessa forma, a autoestima é um elemento fundamental quando se fala em aprendizagem, a partir do momento que aquela influencia o sujeito da aprendizagem impulsionando-o para novos desafios ou fragilizando suas ações em um mundo competitivo e desafiador. Nesse processo do aprender uma longa caminhada precisa ser percorrida, pois uma metodologia que contemple a autoestima não é conquistada apenas com elogios, é fruto de uma reestruturação de práticas e de concepções a começar dos próprios educadores. É importante lembrar que o professor poderá ser decisivo no resgate da autoestima dos seus alunos. Poderá através das relações interpessoais estabelecerem elos emocionais com esse aluno adulto para que através da empatia e afeto sintam-se motivado a crescer e com a mente aberta para novas conquistas.

Uma educação voltada para jovens e adultos deverá contemplar o conjunto de saberes composto por suas histórias e vivências diferenciadas, tornando-os sujeitos de uma aprendizagem significativa. Através de uma metodologia que contemple o saber desse aluno e a sua valorização, mesmo em situações conflitantes esse homem ou mulher poderão sentir-se capazes para enfrentar as oscilações da vida, pois uma autoestima fortalecida dialoga com as dificuldades e persiste na busca de respostas.

Busca-se a realização pessoal e profissional, e para que estas sejam alcançadas é preciso um olhar para dentro de si, conhecer quem é este eu que é refletido no espelho e aceitar-se, procurando nos relacionamentos com o outro mostrar-se um ser autêntico com limitações e qualidades entre elas o amor próprio.

Por fim, é possível entender que a importância da autoestima vai para além da escola, por se tratar de uma necessidade humana tão crucial como a capacidade de si ver como merecedor de felicidade. Certamente haveria uma melhor qualidade de vida se a sociedade se voltasse ao fortalecimento da autoestima, pois quem respeita a si mesmo sabe valorizar a importância do outro.

Referências

1. Brasil. Ministério da Educação e Cultura (MEC). Lei de Diretrizes e Bases da (LDB) Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de





dezembro de 1996. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>.

2. Brasil. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm.

3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf

4. Freire P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 24ª ed. São Paulo: Paz e Terra; 2002.

5. Branden N. Auto-estima: como aprender a gostar de si mesmo. Gouveia R [tradução]. 40ª ed. São Paulo: Saraiva; 2003.

6. Antunes C. Relações Interpessoais e Auto-estima: a sala de aula como um espaço do crescimento integral. Fascículo 16. Petrópolis: Vozes; 2003.

7. Moysés L. Auto-estima se constrói passo a passo. 3ª ed. Campinas: Papyrus; 2003.

8. Cunha CM. Introdução – discutindo conceitos básicos. In: SEED-MEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília: 1999 apud Porcaro RC. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2004. [acesso em 12 set 2011]. Disponível em:
<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>.

9. Porcaro RC. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2004. [acesso em 12 set 2011]. Disponível em:
<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>.

10. Soares LJJ. A educação de jovens e adultos: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica. set/out 1996; 2(11) apud Porcaro RC. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil. 2004. [acesso em 12 set 2011]. Disponível em:
<http://www.dpe.ufv.br/nead/docs/ejaBrasil.doc>.

11. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. INEP. COMPED. Haddad S [coordenador]. Educação de jovens e adultos no Brasil (1986-1998). Série: Estado do Conhecimento. Brasília: Ministério da Educação; 2002.

12. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental - proposta curricular. 1º segmento. Brasília: Ministério da Educação; 2001.





13. Freire P. Educação como prática da liberdade. 22ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1996.

14. Freire P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1987.

15. Gadotti M. A voz do biógrafo brasileiro: a prática à altura do sonho. 1996. [acesso em 13 out 2011]. Disponível em: <http://www.paulofreire.org/Crpf/CrpfAcervo000011>.

16. Bonet JV. Seja amigo de si mesmo: Manual de auto-estima. São Paulo: Loyola; 1995.

17. Khoury K. Com a Corda Toda: autoestima e qualidade de vida. 5ª ed. São Paulo: Senac; 2009.

18. Voli F. A auto-estima do professor. Silva IMCT [tradução]. São Paulo: Loyola; 1998.

19. Fonseca V. Introdução às dificuldades de aprendizagem. 2ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas; 1995.

20. Chalita G. Educação: a solução está no afeto. São Paulo: Gente; 2001.

